

# LIVROS FICCIONAIS PRODUZIDOS NO ESPÍRITO SANTO PARA CRIANÇAS: POLÍTICAS DE (IN)VISIBILIDADE

## FICTIONAL BOOKS PRODUCED IN ESPÍRITO SANTO FOR CHILDREN: POLICIES OF (IN)VISIBILITY

**Ivana Passos de Oliveira<sup>1</sup>**

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp)  
ivanaesteves@yahoo.com.br*

**Maria Amélia Dalvi<sup>2</sup>**

*Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)  
maria.dalvi@ufes.br*

### Resumo

O artigo focaliza a dificuldade de divulgação, comercialização e circulação dos livros ficcionais feitos para crianças, notadamente aquelas em processo de alfabetização, no contexto do estado do Espírito Santo (Brasil). Por meio de pesquisa de campo realizada em diversas livrarias localizadas na região metropolitana, apresenta as dificuldades de acesso aos livros. Na sequência, discute políticas públicas de incentivos à produção de obras ficcionais para a crianças; mostra que essas políticas não redundam na dinamização do acesso e, portanto, os livros ficcionais produzidos no estado do Espírito Santo não chegam efetivamente aos pequenos leitores. Defende que essa lacuna participa de um processo de alfabetização engendrado por políticas para as quais o contexto sócio-histórico-cultural não é fundamental na aprendizagem da leitura e da escrita.

**Palavras-chave:** Literatura do Espírito Santo. Alfabetização. Literatura infantil.

### Abstract

The article focuses on the difficulty of divulging, marketing and circulating fictional books made for children, especially those in the literacy process, in the context of the state of Espírito Santo (Brasil). Through field research conducted in several bookstores located in the metropolitan region, it presents the difficulties of access to books. In the sequence, it discusses public policies of incentives for the production of fictional works for the children; Shows that these policies do not result in the dynamization of

<sup>1</sup> Jornalista cultural, doutora em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo, realizou estágio pós-doutoral em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

<sup>2</sup> Professora universitária e doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, realizou estágio pós-doutoral em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás.

access, and therefore, the fictional books produced in the state of Espírito Santo do not reach small readers. He argues that this gap is part of a process of literacy engendered by policies for which the socio-historical-cultural context is not fundamental in the learning of reading and writing.

**Keywords:** Literature of Espírito Santo. Literacy. Children's literature.

## Considerações iniciais

Como é amplamente estudado, depois dos livros didáticos, no Brasil, o nicho mercadológico talvez mais pujante seja o de livros feitos para crianças, notadamente os ficcionais. Os livros infantis não apenas estão nas livrarias: são divulgados em catálogos educacionais, há políticas governamentais de compra (como o Programa Nacional para a Biblioteca Escolar), há prêmios literários importantes (como o Jabuti e o “Altamente Recomendado” conferido pela Fundação Nacional para o Livro Infantil e Juvenil). Na contramão, a pouca acessibilidade às obras dos escritores que produzem ficção – particularmente, literatura infantil – no Espírito Santo é uma característica do sistema literário local, e que se estende também a outros gêneros literários regionais, a ponto de tornar as produções literárias locais praticamente invisíveis, mesmo no processo de educação escolar, que deveria, a julgar pelo que preconiza o Currículo Básico da Escola Estadual (seja nos anos iniciais, finais ou no ensino médio), garantir a apropriação da produção local.

São indícios disso, por exemplo, a existência de poucas editoras efetivamente comerciais e com penetração no cenário nacional; a baixa produção acadêmica universitária dedicada à literatura local e, particularmente, infantil; a pouca importância dos suplementos de cultura nos sistemas de mídia hegemônicos; os incentivos limitados (notadamente, por meio de editais anuais, cada vez com maiores restrições orçamentárias) à publicação de obras mais experimentais; e, enfim, a dificuldade de aquisição e de circulação das obras: não há, praticamente, nas livrarias comerciais que subsistem a exposição de livros produzidos por escritores residentes no estado – como mostraremos, nas linhas abaixo, por meio de sùmula de nossa pesquisa de campo atinente à questão; e são escassas as iniciativas nascidas do poder público de divulgação, circulação e mediação qualificada da produção literária local (justa exceção ao projeto Viagem pela Literatura, que apresentaremos adiante).

No que diz respeito aos livros produzidos para crianças, quer sejam paradidáticos ou de literatura, não fosse pela iniciativa e trabalho de produção, de divulgação e de distribuição – implementados artesanalmente pelos próprios escritores regionais de literatura infantil, conforme é possível flagrar na tese de Oliveira (2015) – seria difícil se pensar em uma educação literária na infância com a literatura produzida no Espírito Santo. A ausência de divulgação e

de distribuição compromete o acesso e, assim, inibe a demanda: portanto, compreensivelmente, praticamente desaparece do processo de educação escolar.

Isso talvez ajude a compreender o desinteresse de livrarias em priorizar a comercialização dos livros infantis produzidos localmente. Por entendermos que esta é uma questão da máxima relevância, lançamo-nos à pesquisa de campo sobre a questão. Apresentamos no item abaixo o resultado desse trabalho empírico.

Em função das restrições de tamanho, neste texto, não avançaremos em discussões já realizadas em outros espaços:

[Quanto à] necessidade de pensar as relações entre literatura e infância como necessariamente interdisciplinares, vale lembrar que Maria do Rosário Mortatti (2000) indica que a restrição da literatura infantil ao campo da educação ou ao campo das letras redundava em fragilidade teórica: isso porque, em nome da adequação dos métodos para a abordagem literária, seriam desconsideradas as questões relativas às especificidades da infância; e, em nome do qualificativo infantil, seriam relegadas a segundo plano as discussões estéticas. Para a autora, literatura e infância são, no caso, termos a serem pensados complementarmente por diferentes campos. Outro ponto a ser considerado é aquele para o qual Peter Hunt (2010, p. 291) nos adverte: os problemas que atravessam a ideia de “criança” em suas tensões com a ideia de “infância”, e os usos vocabulares em seus entornos, bem como as previsões e projeções “autorrealizadoras” de editoras e demais constituintes dos sistemas literários, quando decidem produzir para a criança ou a infância. (DALVI, 2015, p. 153-154)

Restringir-nos-emos, pois, ao nosso foco de interesse, que é a dificuldade de divulgação, comercialização e circulação dos livros ficcionais feitos para crianças, notadamente aquelas em processo de alfabetização, no contexto do estado do Espírito Santo (Brasil). Já anunciamos que, na dinâmica local aqui estudada, os livros ficcionais produzidos no estado não chegam efetivamente aos pequenos leitores – e essa lacuna participa de um processo de alfabetização engendrado por políticas para as quais o contexto sócio-histórico-cultural não é fundamental na aprendizagem da leitura e da escrita.

### **Pesquisa de campo sobre distribuição da produção para crianças na região metropolitana da Grande Vitória**

Em pesquisa de campo para este estudo, constatamos que a rede de livrarias com o maior número de lojas localizadas em shopping centers da região metropolitana (aqui identificada como Livraria S.) dificulta o acesso à venda de livros de autores capixabas; conseguir incluir títulos no acervo da livraria só é

possível com a mediação de distribuidores, visto que, para figurar no cadastro de editoras ligadas à livraria, somente com 150 títulos no catálogo. Para uma editora independente fora do eixo Rio-São Paulo ou para o autor independente essa parece ser uma empreitada inviável – a julgar pelo fato de que não existem distribuidoras locais com catálogo especializado em literatura do estado do Espírito Santo.

Um outro dado ajuda a vislumbrar o cenário: em Vitória, capital do Estado, desde 2015, a população tem assistido ao fechamento de diversas livrarias. A Livraria LG., originária do Espírito Santo, que tinha um espaço destinado aos autores de livros produzidos no estado, e que realizava projetos em parceria com as escolas, fechou quatro lojas em 2015, ficando apenas com uma loja em um shopping de bairro e outra, que abriga a administração e serve de estoque. Outro espaço de comercialização, a Livraria LE., situada no Shopping Vitória, o maior da capital, e que também aceitava comercializar os livros de autores regionais, fechou suas portas em 2015. Em outro município da região metropolitana, Vila Velha, há uma livraria de rua, a Livraria E., que faz também a distribuição de livros para escolas. Contudo, a prioridade não são os títulos de autores regionais, cujo acervo é ínfimo na loja, e atende a uma demanda originada pelos escritores em ações independentes de distribuição e prospecção.

Essa dificuldade de acesso do leitor aos livros já fora percebida pelo escritor de livros infantis, Monteiro Lobato. Ele declarou, em 1919: “[...] o Espírito Santo me parece uma ficção geográfica, onde não tenho uma só livraria, nem um só assinante”<sup>3</sup>. A constatação da ausência de pontos de venda no Espírito Santo, declarada por Monteiro Lobato, está registrada no livro *A Literatura do Espírito Santo – uma marginalidade periférica*, de Francisco Aurelio Ribeiro, e acena para uma problemática em relação à difusão da literatura em geral.

Computaram-se avanços de lá para cá, no que concerne à divulgação e distribuição interna dos livros de autores de outros estados e até mesmo importados de outros países. Contudo, permanece a dificuldade de acessibilidade aos livros dos escritores que produzem obras para crianças no Espírito Santo, o que tem determinado o empenho dos escritores locais em buscar alternativas criativas e inusitadas para propiciar o acesso de leitores a suas obras.

Muitos são os que passam a atuar na premissa da comercialização, e articulam uma parceria com uma papelaria – e não com uma livraria, como seria de se esperar –, instalada em um shopping de um bairro nobre, da capital. Na Papelaria MP. uma estante foi acomodada, com obras de autores do estado, sobretudo, livros infantis – e iguala a produção ficcional a materiais escolares

<sup>3</sup> A declaração foi extraída de artigo do escritor Renato Pacheco, intitulado “Introdução à história do livro capixaba”, publicado na *Revista da Ufes*, v. 10, n. 34, p. 65-68, 1985.

tais como borrachas, cadernos, lápis, o que reforça, ainda mais uma vez, a forte dependência da produção ficcional para a infância em relação ao sistema escolar, já discutida por diversos autores. Nos arredores da papelaria, em área comum do shopping, acontecem, eventualmente, alguns encontros literários. Em outro shopping, conforme apurado pelas autoras, são estimulados saraus literários por iniciativa de um café. A escassez de pontos formais de comercialização de livros de literatura infantil e paradidáticos produzidos no estado obriga aos escritores se reinventarem em produtores culturais – e põe nas mãos do mercado a dinamização da vida literária para pequenos leitores, com as implicações perversas que podemos deduzir disso tudo.

### **Políticas públicas de incentivos à produção de obras ficcionais para a criança**

A despeito da falta de acesso, a produção literária de livros destinados às crianças cresceu em vista das facilidades das leis de incentivo à cultura e pelos editais. No âmbito da produção e publicação, as políticas públicas de cultura têm sido de grande valia, tanto em movimentações de investimentos diretos, como indiretos. De forma indireta, as leis de incentivo (nos municípios da Grande Vitória e de Cachoeiro de Itapemirim); e, de forma direta, os Editais de Cultura do Governo do Estado do Espírito Santo. No entanto, não há ainda, no estado, modalidades de bolsa para escritores residentes ou propostas similares.

De acordo com dados obtidos junto à Coordenação da Lei Rubem Braga<sup>4</sup>, gerenciada pela Prefeitura Municipal de Vitória, foram aprovados, de 2010 a 2014, 113 projetos de produção de livros. Desse total, 17 relacionam-se ao campo da literatura direcionada a crianças e jovens. Em 2010, dos 21 projetos aprovados, 4 foram da literatura infantil e juvenil. Em 2011, dos 24 projetos aprovados, 3 foram de livros para crianças e jovens; em 2013, dos 28 projetos aprovados, 5 foram para literatura infantil e juvenil. Por fim, em 2014, dos 15 aprovados, 1 foi na área de produção de livros para crianças e jovens.

<sup>4</sup> Criada em 1991 – Lei Municipal 3.730 – a Lei Rubem Braga foi uma das pioneiras em âmbito nacional e serviu de modelo para outras medidas semelhantes de estímulo à cultura criadas no país. De acordo com as informações oficiais fornecidas pela Prefeitura, a Lei Rubem Braga concede incentivos fiscais às empresas estabelecidas em Vitória que financiam projetos culturais selecionados por sua Comissão Normativa. Dessa maneira, o empresário investe no trabalho do artista e recebe, em troca, abatimento nos valores do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Podem inscrever projetos as pessoas que moram na capital há no mínimo cinco anos. São selecionados trabalhos nas áreas de artes plásticas, artes gráficas e filatelia (ato de colecionar selos postais); cine, foto e vídeo; dança, história; folclore, capoeira e artesanato; literatura; música; patrimônio histórico e teatro, circo e ópera.

Os investimentos públicos em ficção, no Estado, ainda se circunscrevem, como já foi falado anteriormente, às leis de incentivo ou editais, e com foco na produção de livros. O investimento público em literatura da Prefeitura Municipal de Vitória, via Lei Rubem Braga, nos últimos cinco anos, de acordo com dados apurados sobre o setor, sinaliza-se um percentual de aprovação pela referida Lei abaixo de 20%, de 2010 a 2014. O Quadro 1 permite uma melhor percepção do cenário:

**Quadro 1** – Quantidade de projetos aprovados de LIJ na LRB nos últimos 5 anos.

2010	2011	2012	2013	2014
21 projetos de literatura aprovados, sendo 4 de literatura infantil e juvenil.	24 projetos de literatura aprovados, sendo 3 para literatura infantil e juvenil.	24 projetos de literatura aprovados, sendo 3 para literatura infantil e juvenil.	28 projetos de literatura aprovados, sendo 5 para literatura infantil e juvenil.	15 projetos de literatura aprovados, sendo 1 para literatura infantil e juvenil.
Literatura infantil e juvenil representa 19% da totalidade de projetos aprovados na área literária.	Literatura infantil e juvenil representa 12,5% da totalidade de projetos aprovados na área literária.	Literatura infantil e juvenil representa 16% da totalidade de projetos aprovados na área literária.	Literatura infantil e juvenil representa 17,8% da totalidade de projetos aprovados na área literária.	Literatura infantil e juvenil representa 6,6% da totalidade de projetos aprovados na área literária.

Fonte: Oliveira (2015).

Em relação à Lei Chico Pregó<sup>5</sup>, desde o seu primeiro edital, lançado em 1999, até o edital 11, em 2014, foram aprovados 154 projetos da área de literatura, sendo 10 títulos voltados para o campo da literatura infantil e juvenil, representando 6,5% do total de projetos de literatura aprovados na lei de incentivo do município de Serra. A coordenação lista os autores contemplados e os seus títulos: *Ursinho Teimoso*, Rosemere Correia (2002), *Os Amigos da Dona Coelha*, Rosemere Correia (2005), *Joãozinho*, *O Marinheiro*, Marta Samor (2005),

<sup>5</sup> De acordo com informações oficiais fornecidas pela Prefeitura, criada em 13 de setembro de 1999, Lei n° 2204/99, regulamentada pelo decreto n° 11089/99. Tem por objetivo fomentar a produção cultural através da concessão de incentivo financeiro para a realização de projetos culturais. O incentivo é dado através de renúncia fiscal e participação financeira das pessoas físicas e jurídicas, contribuintes do município. O processo de seleção dos projetos é feito por Edital, abrangendo as Câmaras e suas respectivas áreas, que são: Artes Cênicas, Artes Musicais, Artes Plásticas, Audiovisual, “Folclore, Artesanato e Cultura Negra”, Literatura, “Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Cultural e Natural”.

*Mariazinha em Verso e Prosa*, Cláudio da Cunha (2006), *Embaralhando Palavras*, Ítalo Campos (2008), *Cordel de Mariazinha*, Fábio Turbay (2008), *Tony: O Salva Peixes do Fundo do Mar*, Célia Mara Rangel (2009), *Totó e o Burrico no Sítio*, Norma Helena Agrizzi (2012), *As 3 Bruxinhas*, Marta Samor (2013) e *Juvenal e o Amarelinho – A dupla da Hora*, Célia Maria Rangel (2014).

O investimento em cultura por parte do Governo do Estado do Espírito Santo é feito por via direta, de modo que o Estado investe recursos diretamente nos projetos contemplados, ou seja, o autor que opta por apresentar um projeto nesse mecanismo estadual se livra de cumprir a *via crucis* de preparar outro projeto, com uma vertente comercial, a fim de bater na porta das empresas, como no caso das leis de incentivo. Desde 2009, foram contemplados, pelo FUNCULTURA, um total de 78 projetos na área de literatura. Sendo que, destes, 15 foram obras literárias infantis e juvenis, perfazendo um percentual de 19,2%, da totalidade de projetos literários contemplados.

A suposição de uma perpetuação do processo de “ficcionalização” da literatura do Espírito Santo, tal como afirmou o escritor Monteiro Lobato, referindo-se às livrarias, pode se corroborar no cenário local e nacional, em vista da sua invisibilidade, já que são muitos os escritores com livros produzidos por fundos de incentivo, mas, alijados de políticas robustas de distribuição, divulgação e comercialização, distantes dos potenciais leitores – e, claro, dos profissionais da educação, em particular no ciclo de alfabetização, que são os principais agentes de mediação entre o livro e o pequeno leitor.

Em pesquisa recente de doutorado intitulada: “O desvelar do autor produtor, divulgador e distribuidor de livro infantil no Espírito Santo no século XXI”<sup>6</sup>, Oliveira (2015) localiza a *práxis* de alguns autores que, em pleno século XXI, são os principais responsáveis por oportunizar o acesso das crianças à narrativa literária regional. Em face ao estudo sobre o modo de produção dos autores de livros infantis no Espírito Santo, assumido na pesquisa supracitada, era natural que uma outra demanda investigativa surgisse: o mapeamento do acervo literário destinado às crianças no século XXI, visando contribuir para conferir visibilidade e auxiliar na sua prospecção, valoração e, conseqüentemente, permitir-lhe o acesso<sup>7</sup>.

Na tentativa de compreender como chegamos a este cenário contemporâneo desenhado nas linhas acima, no próximo item recuperamos, parcialmente, a história dos livros ficcionais para crianças no contexto singular do estado do Espírito Santo.

<sup>6</sup> Tese de doutorado de Ivana Esteves Passos de Oliveira, concluída em agosto de 2015, sob a orientação da professora Pós-Doutora, Maria Amélia Dalvi.

<sup>7</sup> Conforme informações extraoficiais, a catalogação dos livros de literatura infantil e paradidáticos é uma empreitada que começa a ser assumida pela Muqueca Editorial, uma editora de livros infantis independente, cujo intuito é o de fortalecimento desse gênero literário no Estado.

## Livros ficcionais para crianças no contexto do estado do Espírito Santo

De acordo com dados colhidos na pesquisa anterior, a literatura escrita para crianças e jovens no Espírito Santo segue um atrelamento à escola e ao seu processo de doutrinação. É marca dessa literatura uma dependência e forte vinculação, não só ao contexto da escola, mas também ao da Igreja, ambas instituições “catequizadoras” e com demarcações ideológicas veementes, como conta o professor e escritor de livros infantis, Francisco Aurelio Ribeiro<sup>8</sup>, em seu artigo “A literatura feita para crianças e jovens do Espírito Santo”:

A literatura escrita para crianças e jovens, sobretudo a feita em sociedades conservadoras e provincianas como as do Espírito Santo, até os anos 80 deste século, possui fortes marcas ideológicas. Refiro-me aqui ao conceito marxista de ideologia, que tende a “esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política”. [...] Professores, escolas e livros (dentre os quais os de literatura) têm servido de instrumento ideológico do sistema capitalista, conservador, injusto, ora a serviço do Estado ora da Igreja, nos últimos séculos (RIBEIRO, 1996, p. 135).

Segundo ele, anteriormente aos livros de literatura infantil e juvenil, as escolas utilizavam manuais de doutrinação, ou seja, uma obra com o intuito de controle da transmissão, com perguntas e respostas para serem assimiladas pelas crianças e jovens. Francisco recorda como exemplo clássico o *Cathecismo Histórico e Político*, de J. M. P. Vasconcelos, de 1859. Nessa direção, trocou-se o meio doutrinário para os livros de literatura. As primeiras obras infantis que chegaram ao ambiente escolar capixaba tinham um conteúdo relacionado ao desenvolvimento do Brasil, com enfoque no nacionalismo, patriotismo, culto cívico, tais como: *Contos Pátrios* (Olavo Bilac e Coelho Neto), *Histórias de Nossa Terra* (Júlia Lopes Almeida), *Através do Brasil* (Olavo Bilac e Manoel Bonfim), de autores brasileiros que seguiam modelos europeus.

O professor Francisco Aurelio Ribeiro recorda uma publicação representativa da década de 1920 – *Quando o Penedo Falava* –, uma obra clássica da literatura infantil capixaba, de autoria de um professor catedrático de Português e Literatura no então Colégio Estadual e membro fundador da Academia Espírito-Santense de Letras, Elpídio Pimentel. A primeira edição, datada de 1927, já denota a intencionalidade pedagógica. Ribeiro (1996, p. 137) pontua:

<sup>8</sup> O professor doutor Francisco Aurelio Ribeiro, hoje aposentado, foi quem criou a cadeira de Literatura Infantil e Juvenil na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na década de 1980.

A partir da ilustração da capa, já fica explicitada a intenção pedagógico-instrutiva da obra: Um velho de barbas e óculos, elegantemente trajado, sentado num sofá, com um livro nas mãos, ao lado de uma criança. Numa mesa ao lado, outros livros empilhados. A dedicatória também reforça a intenção do autor: À mocidade escolar conterrânea para que, iniciando-se na história da terra espírito-santense, saiba tornar-se digna de suas nobres tradições, defendendo-as e honrando-as, sem desfalecimentos. (RIBEIRO, 1996, p. 137)

Ribeiro (1996) chama atenção, em seu artigo, para o caráter formativo da obra endereçada à criança, com observância ao poder e com direcionamentos, já, de profissões. Outra ressalva feita é a atualidade da obra que, já no seu início, na introdução, denominada “Advertência”, mostra a preocupação do autor para com os obstáculos enfrentados por quem se dedicava a semear a literatura.

Nesse texto, ele já alertava sobre a dificuldade de as crianças e jovens capixabas conhecerem os fatos de sua terra natal antes do conhecimento integral da História do Brasil, deixando subentendido um campo virgem para a literatura infantil: de formação dos sujeitos sobre a cultura regional, por meio do cultivo de uma literatura própria.

Da década de 30 à de 60, a literatura para crianças procurou manter o ideal horaciano do ‘*utile dulci*’, numa imitação de Lobato, sem a qualidade estética daquele. No Espírito Santo, não tivemos nenhum seguidor de Lobato. [...] alguns escritores capixabas desse período escreveram obras que, sem serem necessariamente escritas para crianças, foram utilizadas na escola, ou tiveram uma evidente preocupação didática com a linguagem, permitindo a sua leitura pelos mais jovens, sendo quase todas escritas por professor (RIBEIRO, 1996, p. 140).

Nesse período, houve destacada atenção dos escritores regionais em expressar as peculiaridades do Estado à juventude. Da época, ressaltam-se as seguintes publicações infantis e infantojuvenis: *Histórias de Cachoeiro*, de Newton Braga; *Contos Regionais – Nossa Terra e Nossa Gente*, *Officinas Gráficas d’O Norte*, São Mateus, ES, 1939, de Tonioan Carlhone e Mesquita Netto, obra escrita e publicada no norte do Espírito Santo, que relata casos e costumes da região; *O Caboclo Bernardo e naufrago do Imperial Marinheiro*, de autoria do célebre professor Norbertino Bahiense, em 1948, entre outros. A *ternura de Naná* e *Boneca de Trapo*, de Alda Lofêgo de Castro, natural de Iúna, escritos, respectivamente em 1964 e 1967, marcam a produção infantil da década de 1960.

Enquanto no cenário nacional, o *boom* da literatura infantil e juvenil foi a década de 1970, como mencionado no capítulo anterior, no Espírito Santo, de acordo com Ribeiro (1996), pode-se destacar somente a escritora Ledy Olinda

Firme, natural de Cariacica, que, na mesma década, publicou a obra *Toninha*, que associava fantasia e aventura.

O momento de maior “prosperidade” na literatura para crianças e jovens no Espírito Santo aconteceu aqui dez anos mais tarde, no início da década de 1980, segundo Ribeiro (2010, p. 3-4):

A partir de 1983, começamos a organizar, em Vitória, Seminários de Literatura Infantil e Juvenil, que tiveram grande participação de público, atraído pela presença de escritores famosos como Ziraldo, Ana Maria Machado, Ruth Rocha, Sylvia Orthof, Joel Rufino dos Santos, Lucília Junqueira de Almeida Prado, Giselda Laporta Nicolelis, Bartolomeu Campos de Queiroz, Lygia Bojunga Nunes, Mary e Eliardo França, Ruy de Oliveira, dentre tantos outros. As editoras patrocinavam a vinda desses autores, pois eles vendiam muito e seus livros eram adotados nas escolas do Brasil todo. Junto deles, trazíamos também professores e críticos de literatura, como Regina Zilberman, Vânia Maria Resende, Marisa Lajolo, Maria Antonieta Antunes Cunha, Laura Sandroni, Glória Pondé, Lúcia Pimentel Goes, Eliana Yunes, Sônia Salomão Khede, que faziam reflexões necessárias sobre essa produção literária e o momento em que vivíamos. Depois veio o Collor e a crise se instalou. Perdemos o bonde e a esperança. Recuperamo-los, em parte, com a criação do Plano Real e o equilíbrio na economia, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Ai, surgiu a internet e o livro foi perdendo a importância que teve na década anterior. (RIBEIRO, 2010, p. 3-4)

Cumpramos ressaltar nesse período a produção de Luiz Sérgio Quarto, que escrevia *Histórias da Velha Goiabeira* no suplemento infantil *A Gazetinha*, no jornal diário *A Gazeta*, de 1978 a 1982. O escritor publicou um livro de poemas infantis, intitulado *O Sol de Naná*, ilustrado por Milson Henriques, também em 1982.

A partir dos anos de 1990, os bons ventos sopraram com um pouco mais de força em prol da literatura infantil e juvenil no Espírito Santo. Alguns fatores de ordem econômica determinaram a expansão, como a estabilização econômica obtida com o Plano Real. Nessa nova realidade, os investimentos diretos e indiretos em políticas culturais para assegurar a produção de livros, por parte das administrações públicas, que se traduziram localmente em leis de incentivo e, mais adiante, em editais, precipitaram o delineamento de um contexto favorável à publicação de livros infantis, favorecendo escritores, ilustradores, editores e gráficas.

Como exemplo dessa expansão, podemos mencionar o escritor Luiz Sérgio Quarto, que reeditou *O Sol de Naná*, publicou *Os Manacás estão floridos*, em 1984 e, em 1994, *Os pardais da capital*, texto que deu origem a uma peça de teatro. Em 1995, publicou *Os Abelhudos*, poemas infantis ilustrados por Genildo Ronchi. Além de Sérgio Quarto, destacaram-se na produção infantil da época,

no Estado, os autores: Marco A. Carvalho, Francisco Aurelio Ribeiro, Elizabeth Martins, Sérgio Blank, Silvana Pinheiro, Renato Pacheco, Luiz Guilherme Santos Neves, Ester Abreu, Paulo Roberto Sodré, Wanda Sily, Marien Calixte e Celso Mathias (com a coleção *Tranchã*, em cinco volumes), Maria Helena Hees Alves, Valsema Rodrigues, Maria Helena Teixeira de Siqueira, Alvarito Mendes, Antônio Carlos Neves, Pedro J. Nunes e Reinaldo Santos Neves. Alguns desses autores ainda continuam a produzir literatura para crianças.

Esses autores evidenciam que o Espírito Santo mostrou sua capacidade produtiva no setor de livros voltados para crianças, quando estimulado pelas leis de incentivo à cultura. Um dos resultados desse apoio público foi a consolidação de novos autores a partir do século XXI. Entre eles, podemos citar: Neusa Jorden, Marta Samôr, Ilvan Filho, Lilian Menengucci, Daniela Zanetti, Charles Araújo, José Carlos Mattedi.

São raras as iniciativas das administrações públicas no intuito de oportunizar o acesso a essa literatura, na premissa de divulgar e distribuir os livros destinados às crianças, produzidos por escritores do Estado. No entanto, neste cenário, cumpre ressaltar um projeto, cujo objetivo principal é o de incentivo à leitura, mas no qual os escritores mais engajados conseguem espaço de divulgação de suas obras. Nós o apresentaremos nas linhas subsequentes.

### **O projeto “Viagem pela Literatura” como iniciativa de apresentação de autores e obras da literatura infantil do Espírito Santo**

O “Projeto Viagem pela Literatura”, da Prefeitura Municipal de Vitória, completou 22 anos de existência em 2016, sendo uma das únicas iniciativas públicas consistentes e mais duradouras na vertente da divulgação de autores de literatura infantil no Espírito Santo. É, fundamentalmente, realizado pela Biblioteca Municipal Adelpho Poli Monjardim, vinculada à Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Vitória, desde 1994, com atividades semanais, desenvolvidas por atores, escritores e contadores de histórias, nas comunidades do município, utilizando espaços alternativos como: escolas, centros comunitários, igrejas, praças, parques, quadras de esporte, teatro e o auditório da Escola de Teatro e Dança Fafi (onde funciona a biblioteca anteriormente), propiciando oportunidade de contato com diferentes linguagens artísticas e, especialmente, literárias. Seu objetivo é incentivar a prática da leitura. Alguns contadores de história que têm atuado no incentivo à leitura com literatura capixaba são, por exemplo, nomes bastante conhecidos da dinâmica cultural local, tais como Tio Diu, Gab Kruger, Clayton, Fabiano Moraes e Rodrigo Campanelli. A idealização e implementação do Projeto Viagem pela Literatura, conforme apuramos por meio de entrevistas orais, é de Elizete Terezinha Caser Rocha, bibliotecária da

Prefeitura Municipal de Vitória, que iniciou o projeto tendo como parceiras as também bibliotecárias Ligia Nagato e Sibele Moreira Pinheiro.

Hoje, com 22 anos, o projeto ainda é um mecanismo de aproximação da literatura regional do seu público alvo. Contudo, como será possível verificar em cada edição do projeto, o quadro de escritores tem pouca alternância. A participação no projeto está relacionada à acessibilidade do escritor e sua circulação no mercado. No entanto, por justiça, devemos considerar o fato de que uma grande parte dos escritores que produzem literatura infantil no Espírito Santo já participou das atividades do Projeto Viagem pela Literatura.

A fim de contextualizar melhor o “Viagem pela Literatura”, elencamos as atividades principais do projeto:

“Viver o Livro ao Vivo e em Cores” – visa uma maior aproximação das crianças com os livros, por meio de apresentação de textos teatrais, produzidos por escritores da literatura infantil, ou seja, são montadas peças de teatro baseadas em livros de escritores da literatura. [...] “Contador de Histórias” – esta atividade amplia os horizontes da leitura, tornando a criança consciente da existência da infinidade de livros sobre diversos temas, gêneros e estilos capazes de satisfazer suas necessidades individuais e seus gostos, além de permitir a seleção de obras que mais se ajustem ao seu grau de maturidade. [...] “Encontro com o Escritor” – é uma atividade em que as crianças e adolescentes têm acesso ao processo de criação (ROCHA, 2010, p. 3-8).

Caser citada por Freire (2010) ressalta a importância da atividade denominada “Encontro com o Escritor”:

O diálogo do autor com o leitor de sua obra é uma oportunidade que o povo tem enquanto sujeito de participar na construção de seu país, fazendo sua história consciente, e assim terá lucidez para enfrentar os problemas de âmbito social, político e cultural, no processo de sua libertação, ou seja, adquirindo valores, dignidade e cidadania (CASER, apud FREIRE, 2010, p. 6).

Essa atividade, de fato, proporciona ao público participante a interação e o conhecimento da literatura geral e capixaba. A conversa com os escritores se dá como um bate-papo informal sobre seus livros, alguns contam histórias ou desenvolvem atividades de desenho. Ao final, o escritor também costuma autografar alguns livros que, eventualmente, são adquiridos por professores ou pelos alunos. De nosso lugar, a despeito da fragilidade do projeto – que depende, como dissemos, fundamentalmente da iniciativa pessoal de bibliotecários e demais servidores públicos, e da participação não remunerada de escritores e demais agentes do sistema literário – pensamos que poderia ser transformado

em política estadual, cabendo uma expansão desse projeto para todos os municípios do Espírito Santo, com os ajustes necessários a incluir-se no Viagem pela Literatura uma atenção ao desenvolvimento da literatura infantil produzida no Estado e, principalmente, iniciativas de formação continuada para profissionais da educação para a mediação das obras ficcionais.

O projeto Viagem pela Literatura ressaltou, ainda, a figura do contador de histórias. Alguns desses contadores, com o tempo, começaram a escrever suas próprias obras literárias. Muitos artistas tiveram a função de contador de histórias no projeto: Rodrigo Campanelli, Colette Dantas, Ednardo Pinheiro, Rosi Andrade, Willian de Oliveira, Silvana Pinheiro, Silvana Sampaio, Silvana Sarlo, Fabiano Moraes, Leda Batista, Fernando Soledade, Bete Broetto, Suely Bispo, Clayton Passos, Zé Antônio, Thais Bicalho, Margareth Maia, Gab Kruger e Shita Yamashita, Ananda Rasuck, William Rodrigues, dentre outros.

O projeto passou a contemplar também uma atenção especial ao ilustrador de livros infantis, tendo em vista a valorização das imagens. A ilustração é um importante veículo de atração do interesse da criança para o livro. Com as formas variadas e as cores exuberantes, signos primários, a ilustração encanta e convida a imaginação do pequeno leitor a viajar sem limites. Muitas vezes, a criança, através das ilustrações, cria uma nova história, independente do texto. O interesse despertado pelas imagens leva a uma boa vontade do pequeno leitor em aceitar e a ler/ouvir a história do livro.

Dentre os ilustradores de literatura infantil e juvenil que se destacam no ramo editorial no Espírito Santo computam-se J. Carlos, Genildo Ronchi, Ilvan Filho, Zota, Joyce Brandão, Atilio Colnago, Gió, Arabson, Zappa, entre outros.

De acordo com Oliveira (2015) o escritor e ilustrador abarca as funções de editor, divulgador e vendedor de seus livros. Ele é o retrato da ausência de políticas consequentes e continuadas de divulgação e distribuição, que têm impactos decisivos no tocante ao material ficcional que chega às mãos das crianças: se os livros ficcionais produzidos para crianças não chegam às mãos dos profissionais que medeiam essa produção no espaço escolar – como espaço por excelência do ensino de leitura e escrita e, conseqüentemente, de educação literária – e, assim, não chega às mãos das crianças (exceto por iniciativas pontuais, como o projeto Viagem pela Literatura), vemos em jogo uma política de (in)visibilidade da produção ficcional local, o que parece indicar uma política de alfabetização para a qual o contexto sócio-histórico-cultural circundante ao sujeito e no qual ele está inserido e do qual participa não é fundamental na aprendizagem da leitura e da escrita.

Em um cenário em que as políticas governamentais de avaliação e aquisição de obras ficcionais para distribuição gratuita nas escolas de todo o país encontram-se ameaçadas com os cortes e com a chamada PEC 241/2016; em um cenário de restrição de oferta de livros, em vista da diminuição de livrarias

e, nas existentes, da dificuldade, como mostramos por pesquisa de campo, de aquisição de livros produzidos por autores do Espírito Santo, como mencionado em parágrafos anteriores; e, por fim, tendo em vista que o acesso à internet, para aquisições de livros, por *e-commerce*, não é um hábito ainda difundido e praticado de forma contumaz (até mesmo pelas desigualdades sociais no tocante ao acesso à Internet), parece que políticas públicas não apenas para a publicação, mas principalmente para a divulgação, a circulação e a mediação de leitura ficcional se mostram prementes – no frágil cenário delineado nas linhas acima.

## Considerações finais

Neste trabalho que parece, inclusive, de difícil enquadramento (está no campo educacional? Literário? Sociológico? Em outro?), realizamos uma investigação de certo modo incômoda. De alguma forma proximamente, mas em chave diferente do que Dalvi (2015) fez, pontuamos:

A impossibilidade de levar adiante a utopia de uma relação mais “autônoma” entre arte literária e infância (na qual a crítica não teria tanta fé em si mesma, na qual as relações entre livro-leitura-leitores-literatura seriam o ponto de partida – e não de chegada – e, enfim, na qual seria possível solapar de vez nosso mal disfarçado conservadorismo): essa, possivelmente, seja nossa mais dolorosa perda e, no entanto, nosso único ponto de partida possível para a invenção de outro mundo, no qual a derrisão de uma visão positiva e progressista esteja incorporada, ou, noutra expressão, apropriada (taticamente). Somente o trabalho crítico que não tome a autoindulgência como *parti pris* – trabalho esse que, de nossa perspectiva, carrega, também, os sentidos de que “se mete onde não é chamado”, é “amador”, “deliberadamente inoportuno” e “estranho”, além de não poder contar com qualquer âlibi: ou seja, um trabalho de antemão “fracassado”, “corroído”, prevenido contra a própria ideia de algum heroísmo possível – talvez nos possa permitir enxergar algum horizonte político de constituição cultural, no qual nem literatura, nem criança, nem, enfim, as relações entre literatura e infância deixem de se constituir como os temas e problemas – insolúveis – que, parece, são. (DALVI, 2015, p. 169).

Por meio de indícios sócio-econômicos-culturais, o artigo focalizou a dificuldade de divulgação, comercialização e circulação dos livros ficcionais feitos para crianças, notadamente aquelas em processo de alfabetização, no contexto do estado do Espírito Santo (Brasil), comparando esse cenário à pujança da literatura infantil no âmbito nacional, notadamente, no eixo Rio de Janeiro-São Paulo.

Por meio de pesquisa de campo realizada em diversas livrarias localizadas na região metropolitana, apresentou as dificuldades de acesso aos livros, mostrando

que muitas vezes a dinâmica de constituição de uma “vida literária” para pelas mediações do comércio, do mercado, enfim, do interesse econômico-financeiro.

Na sequência, o artigo lembrou e discutiu políticas públicas de incentivo à produção de obras ficcionais para a crianças (notadamente leis municipais), mostrando que essas políticas não redundam na dinamização do acesso e, portanto, os livros ficcionais produzidos no estado do Espírito Santo não chegam efetivamente aos pequenos leitores.

Aventou, por fim, que essa lacuna participa de um processo de alfabetização engendrado por políticas para as quais o contexto sócio-histórico-cultural não é fundamental na aprendizagem da leitura e da escrita, concluindo que, para enfrentar o cenário, parece que políticas públicas não apenas para a publicação, mas principalmente para a divulgação, a circulação e a mediação de leitura ficcional se mostram (ainda) prementes – no frágil cenário delineado nas linhas acima.

## **Referências**

DALVI, Maria Amélia. Literaturas e infâncias: pesquisa (d)e pós-graduação como espaço político. In: **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 46, p. 153-173, jul./dez. 2015.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Currículo Básico da Escola Estadual**. Disponível em: < [http://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Curr%c3%adculo/SEDU\\_Curriculo\\_Basico\\_Escola\\_Estadual\\_\(FINAL\).pdf](http://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Curr%c3%adculo/SEDU_Curriculo_Basico_Escola_Estadual_(FINAL).pdf) >. Acesso em: 10 jan. 2017.

OLIVEIRA, Ivana Esteves Passos de. **O desvelar do autor, produtor, divulgador e distribuidor de Livro Infantil no Espírito Santo no século XXI**. Tese de doutorado em Letras. Universidade Federal do Espírito Santo. 2015.

RIBEIRO, Francisco Aurelio. **A Literatura do Espírito Santo: uma marginalidade periférica**. Vitória: Nemar, 1996.

\_\_\_\_\_. **Ensaio de leitura e literatura infanto-juvenil**. Serra: Formar, 2010.